

DEMENE

PARA: RICARDO KOWARICK / VOGUE

DE: LIANAJOHN / AE - por sua biodiversidade e seu

papel no equilíbrio atmosférico do planeta - criou uma pressão

TOTAL DE PGS : 5 9 (INCLUINDO ESTA) no

entanto, não pode desconsiderar a existência dos habitantes da

CASO ALGMA PAGINA NÃO SAIA LEGIVEL.

FAVOR LIGAR PARA 0192 392544, colonos,

fazendeiros, mineradores, madeirais, etc. Essa população já ocupa

espaços consideráveis da região de floresta e vai continuar

avancando em busca dos recursos ali armazenados, seja por questão de

sobrevivência, seja por demanda de mercado, interno ou

internacional.

Não há convenção de lei ou exército capaz de manter a floresta

absolutamente intocada. Mas existem instrumentos para redirecionar a

atual exploração caótica e cheia de desperdícios para um caminho

mais racional, de acordo com a capacidade de regeneração da

floresta, sem grandes custos e com o necessário

RIO DEMENE

desenvolvimento econômico. Os três principais instrumentos são o

UM CAMINHO PARA A AMAZONIA

zoneamento ambiental, através do zoneamento econômico-ecológico

são detectadas as atividades e restrições de cada micro região, de

cada sistema ecológico, considerando as atividades da população

presente e o potencial e restrições de novas alternativas

econômicas. No ordenamento territorial, as potencialidades e

restrições detectadas pelo zoneamento se transformam em leis e

políticas ambientais, econômicas e de planejamento regional. É o

monitoramento ambiental e o instrumento de controle da aplicação do

ordenamento ou detecção de novos problemas e da necessidade de

eventuais reajustes dos instrumentos anteriores.

Nos três casos, para funcionar efetivamente, tais instrumentos devem

ter um nível de detalhe, flexibilidade e agilidade de processamento

capaz de acompanhar as mudanças naturais e as impostas pelo homem à

natureza. Nível hoje acessível graças aos recursos dos satélites de

sensoriamento remoto e sistemas geográficos de informação.

O Brasil tem tecnologia, equipamentos, recursos humanos e

instalações para usar esses instrumentos em benefício do

desenvolvimento sustentável da Amazônia. Falta decisão política. Uma

lacuna preenchida por projetos governamentais burocráticos, cujo

maior objetivo é a obtenção de recursos ambientais internacionais.

O PROJETO DEMENE

A importância da floresta amazônica - por sua biodiversidade e seu papel no equilíbrio atmosférico do planeta - criou uma pressão internacional em favor de sua preservação. A justa preservação, no entanto, não pode desconsiderar a existência dos habitantes da floresta - seringueiros, índios e ribeirinhos - nem a presença crescente de migrantes, investidores, garimpeiros, colonos, fazendeiros, mineradores, madeireiros, etc. Essa população já ocupa espaços consideráveis da região de floresta e vai continuar avançando em busca dos recursos ali armazenados, seja por questão de sobrevivência, seja por demanda de mercado, interno ou internacional.

Não há convenção ou lei ou exército capaz de manter a floresta absolutamente intocada. Mas existem instrumentos para redirecionar a atual exploração caótica e cheia de desperdícios para um caminho mais racional, de acordo com a capacidade de regeneração da floresta, sem grandes impactos ambientais e com o necessário desenvolvimento econômico. Os três principais instrumentos são o zoneamento econômico-ecológico, o ordenamento territorial e o monitoramento ambiental. Através do zoneamento econômico-ecológico são detectadas as aptidões e restrições de cada micro região, de cada sistema ecológico, considerando as atividades da população presente e o potencial e restrições de novas alternativas econômicas. No ordenamento territorial, as potencialidades e restrições detectadas pelo zoneamento se transformam em leis e políticas ambientais, econômicas e de planejamento regional. E o monitoramento ambiental é o instrumento de controle da aplicação do ordenamento ou detecção de novos problemas e da necessidade de eventuais reajustes dos instrumentos anteriores.

Nos três casos, para funcionar efetivamente, tais instrumentos devem ter um nível de detalhe, flexibilidade e agilidade de processamento capaz de acompanhar as mudanças naturais e as impostas pelo homem à natureza. Nível hoje acessível graças aos recursos dos satélites de sensoriamento remoto e sistemas geográficos de informação.

O Brasil tem tecnologia, equipamentos, recursos humanos e instalações para usar esses instrumentos em benefício do desenvolvimento sustentável da Amazônia. Falta decisão política. Uma lacuna preenchida por projetos governamentais burocráticos, cujo maior objetivo é a obtenção de recursos ambientais internacionais.

Senão, como explicar que a maior parte dos financiamentos obtidos pelo país para fazer o zoneamento econômico-ecológico da Amazônia estejam sendo aplicados em trabalhos pouco detalhados e extremamente demorados, quando existem unidades de pesquisa do próprio Governo, com técnicos e milhões de dólares em equipamentos ociosos?

O último zoneamento proposto pelo Governo Federal é uma simples atualização de um mapa editado em 1988, bastante genérico e muito incompleto enquanto zoneamento econômico-ecológico. Além disso, esta atualização custará pelo menos 5 vezes mais do que o necessário, levará dois anos para ser executada e terá um detalhamento 6 vezes menor do que o do projeto Radam. O Radam foi o trabalho mais detalhado e completo que o país já produziu sobre os recursos da Amazônia. Mas foi feito com base em imagens de radar e há 15 anos atrás, antes, portanto, da era dos satélites e das campanhas mundiais de preservação ambiental.

Com a preocupação de apontar um outro caminho para a Amazônia, mais próximo da melhor alternativa científica que o país pode produzir, três instituições privadas somaram esforços para provar que o desenvolvimento com preservação é viável. Equipes da Agência Estado, Ecoforça e UNIP/Objetivo escolheram uma área piloto, numa região ainda preservada, para executar um exemplo de zoneamento econômico-ecológico: o rio Demene, afluente da margem Norte do rio Negro, no estado do Amazonas. Assim surgiu o Projeto Demene, com uma meta e um sonho.

O primeiro passo do projeto Demene foi constituir uma equipe multidisciplinar, composta de botânicos, biólogos, ecólogos, educadores e jornalistas. Os integrantes da equipe reuniram todas as informações possíveis sobre a área piloto e realizaram duas expedições ao local, com sobrevôos e a ajuda de imagens de satélite. Os dados científicos foram digitalizados nos sistemas de informação geográfica e deram origem a várias propostas de desenvolvimento sustentável para a área. Jornalistas e fotógrafos acompanharam, passo a passo, o reconhecimento dos sistemas ecológicos e as pesquisas sócio-econômicas realizadas pelos pesquisadores e todo o processo foi descrito em reportagens, publicadas nos principais jornais do país.

O passo seguinte seria transformar esse exemplo de zoneamento econômico-ecológico em políticas regionais, através do ordenamento territorial, o que escapa à alçada das instituições participantes do projeto Demene. Por isso, o conhecimento gerado através desse trabalho vem sendo condensado em diversos produtos, cuja finalidade é divulgar as informações obtidas e demonstrar à exaustão essa capacidade do país de planejar um futuro racional para uma região tão importante.

A tecnologia e os métodos científicos utilizados na execução do zoneamento do Demene são aplicáveis a qualquer parte da Amazônia. As soluções serão diferentes em cada caso, de acordo com a realidade local, mas os passos são os mesmos. A necessidade de zoneamento, ordenamento e monitoramento ambiental é igual em todas as florestas tropicais, porque todas estão sob grande pressão humana. Os caminhos para o desenvolvimento sustentável, por outro lado, ainda são desconhecidos ou pouco claros, em todo o mundo, mesmo para os ambientalistas mais sérios. Todos concordam quanto à urgência de se conciliar preservação e desenvolvimento, mas poucos demonstram na prática COMO fazê-lo. O projeto Demene é uma tentativa de responder a essa pergunta. O zoneamento ali executado aponta soluções viáveis, acessíveis e inadiáveis e pode ser um exemplo prático para o mundo. Basta haver decisão política.

Se as instituições privadas e organizações não-governamentais interessadas no desenvolvimento sustentável da Amazônia não podem tomar essa decisão política é seu papel alertar autoridades e formadores de opinião sobre as alternativas disponíveis. Essa é a meta do projeto Demene.

O sonho seria multiplicar e transformar em realidade o exemplo de zoneamento do rio Demene e a partir daí construir um caminho para a Amazônia.

Rodrigo Lara Mesquita, diretor de Agência Estado Ltda, Av. Eng. Caetano Álvares, 35, São Paulo, SP, Brasil, 02378, tel 011 8570711

Evaristo Eduardo de Miranda, presidente da Ecoforça, Rua Spathodea, 185, Cond. Rio das Pedras, Campinas, SP, Brasil, 13085-970, tel 0192 392544.

OS PRODUTOS RICARDO KONARIK / VOGUE

1. POSTER - Um poster contendo a imagem de satélite do rio Demene, um breve texto e um trecho do zoneamento foi produzido e distribuído por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio-92. O poster também foi enviado a políticos e empresários brasileiros.

2. POSTAIS - Uma série de 24 cartões postais com fotos do Demene e um resumo explicativo também foi produzida por ocasião da Rio-92 e distribuída a autoridades e formadores de opinião.

3. LIVRO - Um livro de arte, com 140 páginas, está sendo escrito, com toda a história do projeto Demene, seus processos e resultados. Fartamente ilustrado com fotos, imagens de satélite e mapas, o livro deverá ser lançado até o final de 1992.

4. REPORTAGENS - Uma série de 13 reportagens foram distribuídas para os principais jornais através da Agência Estado, por ocasião da principal expedição científica, em agosto de 1991. Uma nova série de reportagens está sendo preparada para divulgar os resultados finais do zoneamento e será distribuída por ocasião do lançamento do livro sobre o Demene.

5. SUPLEMENTO ESPECIAL - Um suplemento especial com o resumo do livro, fotos e mapas, está sendo produzido para encarte na revista Vogue. O suplemento visa atingir o público A e B, leitor de Vogue, como forma de garantir a divulgação máxima do conhecimento gerado pelo projeto Demene.

PARA MAIORES INFORMAÇÕES

Rodrigo Lara Mesquita, diretor da Agência Estado Ltda, Av. Eng. Caetano Álvares, 55, São Paulo, SP, Brasil, 02598, tel 011 8570711

Evaristo Eduardo de Miranda, presidente da Ecoforça, Rua Spathodea, 185, Cond. Rio das Pedras, Campinas, SP, Brasil, 13085-970, tel 0192 392544.